



ESTADO DE GOIÁS
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERHÍ

1 **Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHÍ**
2 Aos 04 dias do mês de julho de 2018, no Auditório Jornalista Jaime Câmara, 9º andar do Palácio
3 Pedro Ludovico Teixeira - (Praça Cívica) Centro em Goiânia – GO, foi realizada a 1ª Reunião
4 Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHÍ. Estavam presentes os
5 seguintes Conselheiros: Sr. Paulo Humberto Guimarães Araújo - Superintendente Executivo do
6 Meio Ambiente e Recursos Hídricos da SECIMA, Sr. João Ricardo Raiser – Secretário-Executivo
7 do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Diogo Lourenço Segatti e Sr. Gustavo Henrique
8 Soares, representando a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura,
9 Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, o Sr. Cláudio Rodrigues da Silva (titular) da
10 Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR, a Sra. Yara
11 Vanessa Portugal Fonseca (titular) e o Sr. Mário César Guerino (suplente), ambos da Empresa de
12 Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO, o Sr. Antônio Martins Borges Neto (titular) representando
13 a Companhia Energética de Goiás – CELG, a Sra. Jordana Gabriel Sara (suplente) representando a
14 Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás – FAEG, o Srs. Fábio Floriano Haesbaert (titular) e
15 Wilson de Azevedo Filho (suplente) representando a Associação de Mineradores de Águas Termais
16 do Estado de Goiás – AMAT/GO, o Sr. Francisco Ganzer Neto (suplente) representando o Conselho
17 Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/GO, o Sr. Maurício da Veiga Jardim Jácomo
18 representando o Fórum Goiano de Comitês de Bacias Hidrográficas - FGCB, a Sra. Angela Maria
19 Lavallo Barbeito - Fundação César Baiocchi (titular), representando a Sociedade Civil Organizada,
20 os Srs. Marcos Antônio Correntino da Cunha (titular) e José Vicente Granato de Araújo (suplente) –
21 representando a Associação Brasileira de Recursos Hídricos em Goiás, e o Sr. Delson Leone Júnior
22 (titular) do Ministério Público do Estado de Goiás – MP/GO. Justificaram suas ausências os Srs.
23 Pedro Silvério Pereira (titular) e a Sra. Elaine Lopes Noronha Farinelli (suplente) ambos da
24 Federação das Indústrias de Goiás – FIEG, o Sr. Luiz Medeiros Pinto (suplente), representando a
25 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura,
26 Pecuária e Irrigação – SED, o Sr. Germano Augusto Oliveira (suplente) da Associação Goiana de
27 Municípios – AGM, o Sr. Kleber Teodomiro M. Formiga da Universidade Federal de Goiás – UFG.
28 Não justificaram suas ausências os Srs. Bruno Vicente Marques (titular) e Vitor Alberto Simão
29 (suplente) representando a Associação dos Irrigantes do Estado de Goiás – IRRIGO. O presidente
30 da sessão o Sr. Paulo Humberto Guimarães Araújo abriu os trabalhos em regime de segunda
31 chamada e após cumprimentos, justificou a ausência do Secretário Hwaskar Fagundes e os motivos
32 para convocação dessa reunião extraordinária, alegando discussão de assuntos que dependem de
33 prazos, principalmente os relacionados ao Progestão. Em seguida passou a palavra ao Secretário-
34 Executivo do CEMAM o Sr. João Ricardo Raiser que, após cumprimentos, convidou os presentes à
35 apreciação da seguinte pauta: I – Abertura da sessão e verificação do quórum; II – Ordem do dia: 1.
36 Apreciação da Ata da 16ª Reunião Ordinária do CERHÍ realizada no dia 11 de abril de 2018; 2.
37 Apreciação do pedido de concessão de mais 01 (um) ano para conclusão das obras em andamento
38 do Aproveitamento Hidrelétrico CGH Aliança; 3. Apreciação da Resolução Ad Referendum sobre a
39 concessão de prazo de mais 02 (dois) anos para conclusão das obras em andamento do
40 Aproveitamento Hidrelétrico PCH Sertãozinho; 4. Apreciação da proposta de moção a ser dirigida a
41 Agência Nacional de Águas manifestando apoio ao pleito do CBH Paranaíba; 5. Apreciação das
42 demandas apresentadas pelo CBH Paranaíba para discussão no âmbito do Conselho Nacional de
43 Recursos Hídricos – CNRH; 6. Apreciação do Relatório de Autoavaliação das Metas Estaduais do
44 PROGESTÃO, referentes ao ano de 2017; 7. Apresentação das ações do Comitê da Bacia
45 Hidrográfica do Rio Meia Ponte relacionadas à situação hídrica da bacia; III – Tribuna livre; IV –
46 Encerramento. Seguindo a ordem do dia o Sr. João Ricardo Raiser prosseguiu com apreciação do
47 item 1 – Ata da 16ª Reunião Ordinária do CERHÍ realizada no dia 11 de abril de 2018. Colocada em
48 votação e não havendo questionamentos ou adequações, o item proposto foi aprovado por
49 unanimidade. Ato contínuo, o item 2 - Apreciação do pedido de concessão de mais 01 (um) ano para



ESTADO DE GOIÁS

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERHÍ

50 conclusão das obras em andamento do Aproveitamento Hidrelétrico CGH Aliança. Houve uma
51 alteração, para apresentação da matéria foi convidado o Sr. Fabrício Campos Aires – Analista
52 Ambiental da SECIMA, responsável pela análise dos pedidos de outorga, representando a
53 Superintendência de Recursos Hídricos – SECIMA. O Sr. Fabrício Aires iniciou sua apresentação
54 dizendo que a Hidrelétrica CGH Aliança está localizada na Bacia Campos Aires, propriamente no
55 Ribeirão Ariranha, outorgada em dezembro/2009 por 35 anos para gerar 1000 KWh, vazão
56 ambiental mínima. Encontra-se em construção, porém embargada pela fiscalização por
57 descumprimento de solicitações de licença. O prazo para conclusão das obras era em
58 dezembro/2015. Já houve um despacho da advocacia setorial em 2018 revogando a Portaria de
59 Outorga nº 1030/2009 até o restabelecimento da licença ambiental. Segundo o Sr. Fabrício Aires,
60 devido as questões levantadas o pedido de extensão de 01 (um) ano, foi encaminhado para
61 apreciação do Conselho de Recursos Hídricos. O Sr. João Ricardo Raiser – Secretário-Executivo
62 abriu nesse momento para discussões. A Sra. Jordana Gabriel Sara (suplente) - FAEG indagou sobre
63 a situação atual da licença para poder subsidiar a decisão. O Sr. Delson Leone Júnior – MP
64 questionou sobre duas condicionantes: o porte e a importância social e econômica, solicitou mais
65 esclarecimentos e a complementação da documentação para subsidiar a decisão, solicitou ainda
66 convidar o usuário para apresentar aos conselheiros o pedido na próxima reunião. O Sr. Diogo
67 Segatti – SECIMA lembrou que licença e outorga são tratados separadamente e que nesse caso são
68 os problemas com a licença ambiental que impediram o cumprimento do prazo de construção. A
69 Sra. Jordana Gabriel Sara (suplente) esclareceu que não se sente confortável em prorrogar o prazo
70 sem entender a real situação que gerou o embargo. O Sr. João Ricardo Raiser – Secretário-
71 Executivo sugeriu a suspensão do assunto para que tragam maiores esclarecimentos na próxima
72 reunião. O Sr. Paulo Humberto Guimarães Araújo – presidente da sessão, reforçou que a
73 Superintendência de Recursos Hídricos providencie relatório de obras detalhado, assinado por
74 engenheiro responsável, apresente a questão socioeconômica e o motivo da paralisação da obra no
75 que diz respeito ao meio ambiente. O Sr. João Ricardo Raiser – Secretário-Executivo atendendo a
76 solicitação do Sr. Marcos Antônio Correntino da Cunha (titular) da Associação Técnica de Estudos
77 em Recursos Hídricos em Goiás e colocou em votação a retirada do item da pauta, sendo aprovado
78 por unanimidade. Dando continuidade a ordem do dia o item 03 - Apreciação da Resolução Ad
79 Referendum sobre a concessão de prazo de mais 02 (dois) anos para conclusão das obras em
80 andamento do Aproveitamento Hidrelétrico PCH Sertãozinho. O item em questão também foi
81 apresentado pelo Sr. Fabrício Campos Aires – Analista Ambiental da SECIMA. Relatou que a Usina
82 fica em Jataí, no Rio Claro, se tratando de uma pequena central geradora (Hidrelétrica). O projeto
83 foi alterado quanto as suas características para atender solicitações da SECIMA, do Ministério
84 Público e da Enel. Já possuía um projeto quando foi outorgado em 2012 (outorga para 30 anos). O
85 Sr. Fabrício acrescentou que houve melhorias no projeto, em relação ao anterior, nas questões que
86 afetavam a captação de água pela Saneago, para o abastecimento do município. O projeto sofreu
87 atrasos devido as adequações e venceu em 12/07/18, solicitando renovação por mais 02 (dois) anos.
88 Colocado em discussão o Sr. Antônio Martins Borges Neto (titular) – CELG pediu para o Conselho
89 ser mais contundente, pois casos parecidos vão ser recorrentes. Focar nas questões hídricas,
90 independente de outras questões. O Sr. Francisco Ganzer Neto (suplente) – CREA-GO indagou a
91 quem o projeto beneficiaria e enfatizou que deveria ser analisada a mudança de cota. O Sr. João
92 Ricardo Raiser esclareceu que o fato é importante, mas a questão do momento seria a validação ou
93 não da solicitação de prorrogação de prazo para construção da obra. O Sr. Diogo Lourenço Segatti –
94 Superintendente de Recursos Hídricos, solicitou para constar em ata que as próximas demandas
95 apresentadas as Conselheiros sejam defendidas pelo próprio empreendedor. Não havendo mais
96 questionamentos o Sr. João Ricardo Raiser – Secretário-Executivo, colocou em votação a Resolução
97 Ad Referendum em apreciação, sendo aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento a ordem
98 do dia o item 4 - Apreciação da proposta de moção a ser dirigida a Agência Nacional de Águas



ESTADO DE GOIÁS
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERHÍ

99 manifestando apoio ao pleito do CBH Paranaíba. O Sr. João Ricardo Raiser explanou que o Comitê
100 do CBH Paranaíba encaminhou ofício ao Conselho de Recursos Hídricos - CERHÍ solicitando apoio
101 ao pleito de repasse de recursos referente à cobrança pelo uso da água na Bacia do Paranaíba e esse
102 ofício foi encaminhado a todos os órgãos gestores que fazem parte da bacia. Trata de Minuta de
103 Moção dirigida a Agência Nacional de Águas que solicita à inclusão na sua previsão orçamentária,
104 para os próximos (05) cinco anos, o repasse à Entidade Delegatária das funções de Agência de Água
105 da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, de 7,5% referente ao custeio administrativo da Cobrança
106 pelo Uso dos Recursos Hídricos arrecadados, por meio dos 0,75% referentes à Compensação
107 Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CMPFRH) arrecadados na Bacia Hidrográfica do
108 Rio Paranaíba, além de todos valores arrecadados com a Cobrança proveniente dos demais setores
109 usuários de água. O Secretário-Executivo passou a palavra ao plenário para complementações ou
110 sugestões e o Sr. Wilson de Azevedo Filho (suplente) – AMAT sugeriu que representantes do
111 Comitê da CBH Paranaíba venham apresentar a demanda perante plenário. O Sr. João Ricardo
112 Raiser disse que será providenciada para próximas reuniões. Dando continuidade a ordem do dia o
113 item 5 - Apreciação das demandas apresentadas pelo CBH Paranaíba para discussão no âmbito do
114 Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. O Sr. João Ricardo Raiser esclareceu que o
115 Comitê encaminhou ofício que trata da regulamentação do repasse da compensação financeira pela
116 utilização de recursos hídricos, para conhecimento e análise: Regulamentação ao repasse de 7,5%
117 da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, definição de custeio de 7,5% e
118 investimento de 92,5%. Enfatizou que o Comitê busca apoio do Conselho Estadual de Recursos
119 Hídricos – CERHÍ, para o fortalecimento da negociação e para que também apresente
120 posicionamento e demandas para discussão no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
121 – CNRH. Colocou como sugestão da Secretaria-Executiva, a criação de uma câmara técnica
122 temporária por se tratar de um assunto complexo e não delimitado. Abriu para questionamento dos
123 conselheiros. O Sr. Delson Leone Júnior (titular) – MP sugeriu, em especial nesta apreciação,
124 convidar o Comitê de Bacia para defender o pleito perante o plenário, solicitou esclarecimentos
125 para melhor compreensão do programa, mais especificamente os benefícios e impactos ao Estado de
126 Goiás. O Sr. Paulo Humberto – Presidente da sessão enfatizou que o Estado de Goiás representa
127 65%, sendo um dos estados mais representativos. O Sr. Wilson de Azevedo Filho (suplente) –
128 AMAT, fez uma ligação entre as duas últimas apreciações, alegando se tratarem do mesmo assunto.
129 Desconsiderou a necessidade de ser colocada em votação. O Sr. João Ricardo Raiser considerou
130 então convidar o Comitê da CBH Paranaíba para próxima reunião, caso necessário estender o
131 convite aos representantes da Agência Nacional de Águas – ANA. Colocada em votação, a proposta
132 de encaminhamento ao Comitê da CBH Paranaíba, para ulterior apresentação, foi aprovada por
133 unanimidade. Ato contínuo, o item 6 - Apreciação do Relatório de Autoavaliação das Metas
134 Estaduais do PROGESTÃO, referentes ao ano de 2017. O Sr. João Ricardo Raiser esclareceu que se
135 trata de um Programa da Agência Nacional de Águas – ANA, ligado aos Sistemas Estaduais de
136 Recursos Hídricos e condicionado ao atingimento de metas. O Estado de Goiás participou do 1º
137 ciclo do projeto em 2013. A avaliação agora trata do 1º ano do 2º ciclo, com vigência entre 2017 a
138 2021 e a SECIMA continua como entidade coordenadora. No Progestão – fase 2, a Agência
139 Nacional de Águas – ANA mudou o quadro de metas, a sistemática da construção das metas, as
140 propostas de compromissos, bem como o processo de avaliação e os itens a serem atingidos pelo
141 Estado a cada período. Muda o valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) para
142 aproximadamente R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais). A aplicação dos recursos sofreu maiores
143 exigências e surgiram novas possibilidades, além de cada valor atingido por metas, a ANA coloca
144 esse mesmo valor. O Sr. João Ricardo Raiser recordou que foram encaminhados aos conselheiros,
145 para conhecimento, os formulários de autoavaliação com suas variáveis e sugeriu ao plenário
146 sugestões e contribuições. O Sr. Wilson de Azevedo Filho (suplente) – AMAT fez alguns
147 questionamentos sobre a parte orçamentária que foram prontamente esclarecidas pelo Secretário-



ESTADO DE GOIÁS
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERHI

148 Executivo, acrescentando sobre a existência do Termo de Referência (objeto de contrato) –
149 apresentado aos comitês, discutido e aprovado e da Minuta do plano de aplicação desses recursos,
150 somadas algumas atividades dos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul em acordo de cooperação
151 técnica. O Sr. Wilson de Azevedo Filho cogitou a possibilidade do Termo de Referência ser
152 apresentado aos conselheiros, podendo ser via e-mail, antes do fechamento do contrato. O Sr. Diogo
153 Lourenço Segatti - Superintendente de Recursos Hídricos elucidou que trata-se ainda de
154 formalidades para contratação da elaboração do plano, basicamente um processo licitatório e que
155 constará no site, para todos os membros da sociedade. O Sr. João Ricardo Raiser completou que
156 poderão ser encaminhadas, por e-mail as diretrizes a cada conselheiro para análise e contribuições,
157 com prazo para respostas. A Sra. Jordana Gabriel Sara (suplente) – FAEG pediu apresentações de
158 relatórios parciais das ações e relatórios orçamentários em reuniões ordinárias. O Sr. João Ricardo
159 Raiser fez uma breve leitura da Minuta de Resolução que aprova o Progestão Metas Estaduais 2017,
160 e não havendo nenhum outro questionamento ou proposta de inclusão foi colocado em votação e
161 aprovada por unanimidade. O Presidente da sessão, Sr. Paulo Humberto Guimarães, pediu licença
162 ao plenário pela necessidade de se ausentar, passando a condução da reunião ao Sr. João Ricardo
163 Raiser – Secretário-Executivo. Ato contínuo o item 7 - Apresentação das ações do Comitê da Bacia
164 Hidrográfica do Rio Meia Ponte relacionadas à situação hídrica da bacia. Foi solicitado para
165 apresentação o Sr. Diogo Lourenço Segatti - Superintendente de Recursos Hídricos. Disse que por
166 se tratar de uma bacia bastante utilizada e que abastece a capital (Goiânia), já passamos por uma
167 crise no ano passado. Relatou que na atual administração da SECIMA está havendo foco à situação
168 hídrica da bacia com o “Projeto Meia Ponte de Todos” tendo dois eixos de trabalho: 1-Educação
169 Ambiental – ações de plantio, campanhas de educação ambiental e produções de materiais
170 educativos; 2-Fiscalização – ações de regularização das outorgas, ações para verificação dos usos
171 outorgados regulares e ações ambientais. Foi decretado situação de emergência na Bacia do Rio
172 Meia Ponte em fevereiro/2018 e posteriormente uma Portaria de regulamentação do Decreto. Em
173 acordo, SECIMA e Ministério Público, decidiram que todas as outorgas saíam com instrumentos
174 de medição. O Sr. Diogo Segatti disse que logo após a regularização da Portaria, iniciaram as
175 regularizações das outorgas e 88 (oitenta e oito) usos foram encerrados por não estarem
176 regularizados; a segunda ação, Corpo de Bombeiros e SECIMA, em conjunto, com o Secretário
177 Hwaskar Fagundes, sobrevoaram o Rio Meia Ponte a partir da nascente em todo o trajeto, onde
178 pôde ser verificada uma intensa utilização, “para não falar em intensa degradação”, nas palavras do
179 Sr. Diogo Segatti. A terceira ação foi retornar a fiscalização para arrematar todas as outras questões
180 ambientais e em paralelo: reuniões, estudos e dados apresentados ao Comitê do Meia Ponte, que
181 criou a Deliberação 003/2018. O Sr. João Ricardo Raiser disse se tratar de uma situação
182 emblemática, onde o rio vem reduzindo drasticamente a vazão nos últimos dez anos e 2017 mostrou
183 a realidade da bacia que atingiu um ponto em que não mais garante os usos propostos. Está havendo
184 monitoramento das precipitações e já fizeram 07 (sete) reuniões. O comitê contribuiu com diretrizes
185 para restrições ao uso da água, suspensão de outorgas parciais ou permanentes e foi desenhada
186 estratégia para enfrentamento nesse período de escassez. Acrescentou que as ações serão trazidas ao
187 conselho e concluiu que muito mais que informar, trazer ao conselho para tomar ciência desse
188 processo, para que comecem a se preparar para outras ações, trabalhem de forma integrada. O Sr.
189 Diogo Segatti completou que foi emitida uma Portaria de corte imediato de 50% dos usos
190 outorgados e que a SECIMA vem tomando providências em tempo hábil e com transparência.
191 Aconteceu na última semana uma reunião com a Saneago, AGR, ARG e Semma no sentido de
192 verificarem o que poderia ser feito. O Sr. João Ricardo Raiser enfatizou à importância do
193 reconhecimento da sociedade civil e o envolvimento do poder público, usuários e sociedade. Propôs
194 para o enfrentamento dessas questões um trabalho de forma integrada. Abriu nesse momento para o
195 item III – Tribuna livre - O Sr. Delson relatou que, na sua ótica, o cenário é muito pior, chegando ao
196 ponto de redução de vazão. Pediu aos conselheiros que façam uma leitura do que foi exposto e se



ESTADO DE GOIÁS
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERHÍ

197 posicionem. Sugeriu mudanças de hábitos de forma técnica e acrescentou que o momento eleitoral
198 não pode prejudicar qualquer segmento da sociedade de uma forma distinta, e que a degradação
199 ambiental acontece ao longo de décadas, e não podemos ficar inertes, sendo a situação bastante
200 grave. O Sr. Antônio Martins Borges Neto (titular) – CELG manifestou concordância e consenso a
201 todos. Opinou no sentido de que o consumidor urbano também possa dar a sua contribuição, sendo
202 injusto penalizar apenas as indústrias, fazendas e agricultores. Pediu aos conselheiros que tenham
203 uma visão diferente sobre barragens, como formas de reservas e cogitou reunirem para aprovarem
204 outras medidas, caso as apresentadas não revertam em formas concretas. O Sr. Francisco Ganzer
205 Neto (suplente) – CREA-GO propôs um planejamento de plantio, avaliação da capacidade de cada
206 equipamento de bombeamento e uso da cisterna (reservatórios de acumulação). O Sr. João Ricardo
207 Raiser esclareceu que as propostas são importantes, porém naquele momento estava sendo
208 apresentado o que está sendo feito e sugeriu que os posicionamentos sejam levados aos planos de
209 bacias. O Sr. Wilson de Azevedo Filho (suplente) – AMAT/GO, cumprimentou a SECIMA pelas
210 medidas preventivas e fez algumas indagações sobre a capacidade da regularização de uso para
211 evitar fechamentos, e disse que independente de medidas para garantia dos usos prioritários, é uma
212 situação que deveria ser resolvida dentro dos comitês. Disse que uma declaração do governo
213 decretando situação de escassez resolveria o problema. Fez também indagações sobre aplicações
214 dos recursos do FEMA. O Sr. João Ricardo Raiser respondeu que gestão de recursos hídricos é
215 participativa, busca equilíbrio das bacias e no momento não há margem para autorização de novos
216 usos, deve-se trabalhar a situação da bacia e evoluir nos critérios de diretrizes. Respondeu também
217 que o decreto do Estado não substitui a manifestação do Comitê. Quanto ao FEMA, os recursos
218 estão sendo aplicados e inclusive nove ou dez projetos serão apresentados na próxima reunião do
219 Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMAm. O Sr. Mário César Guerino (suplente) –
220 SANEAGO, relatou que a situação se repete e, em relação ao ano passado, agora temos
221 instrumentos de medição e está em construção a interligação de dois sistemas de captação. A título
222 de informe citou a contratação pela Saneago de estudo hidrológico de projeção até o ano de 2070,
223 sendo um novo grande sistema de abastecimento e reforço do sistema meia ponte, onde estão
224 criando projetos e executando ações. Sugeriu campanhas para melhor o uso do solo, infiltração de
225 água no solo, que nas suas palavras é a origem do problema. IV – Encerramento. O Sr. João Ricardo
226 Raiser – Secretário-Executivo relatou que devido ao avanço da hora e não havendo mais
227 solicitações, agradeceu a participação de todos os conselheiros e as pessoas que deram apoio e
228 suporte ao Conselho, encerrando as doze horas e vinte minutos.


HWASKAR FAGUNDES
Presidente


JOÃO RICARDO RAISER
Secretário-Executivo

230
231
232
233
234
235
236